

## PLANO DE CURSO

**Nome do Curso:** Direito Antidiscriminatório

**Docente:** Evandro Luan de Mattos Alencar

**Mini currículo :** Advogado e escritor. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará, com período sanduíche de estágio de investigação na Universidade de Coimbra, em Portugal. Especialista em Educação, Diversidade e Direitos Humanos (UFPA), Direito Público (PUC Minas) e Direito Médico e Bioética (PUC Minas). É autor da obra Uma abordagem bioética sobre os direitos reprodutivos (Paco Editorial, 2022), possui diversos artigos científicos e capítulos de livros publicados, além de participação em congressos e realização de palestras. Tem experiência e participação em projetos de pesquisa, ações de ensino e extensão, grupos de estudos e programas de estágio interinstitucionais. Foi membro da Comissão Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil. Atualmente desenvolve pesquisa em Direito da Responsabilidade, com ênfase em temas da bioética, novas tecnologias, direitos humanos e direitos da pessoa com deficiência.

**Link Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/3430474424472893>

### CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

**Modalidade:** EAD/assíncrona

**Carga horária:** 2 horas-aula

**Local de realização:** Ambiente Virtual de Aprendizagem – TSE

### EMENTA

*Direito antidiscriminatório. Conceitos. discriminação, igualdade formal e material; Participação política, exclusão, sub-representação, preconceito e vulnerabilidades; Justiça Eleitoral, legislação, jurisprudência, instrumentos de atuação; Medidas, políticas afirmativas, reparação, inclusão, prevenção.*

### JUSTIFICATIVA

O Direito Antidiscriminatório é essencial em sociedades marcadas por desigualdades históricas e estruturais. No Brasil, por exemplo, ainda persistem práticas discriminatórias relacionadas à raça, gênero, orientação sexual, deficiência, religião e origem social. Nesse contexto, a formação nessa área permite compreender como o ordenamento jurídico pode ser utilizado para prevenir, combater e reparar essas desigualdades. Nesse contexto, o curso se justifica pela necessidade de compreender e enfrentar práticas discriminatórias que afetam o processo eleitoral, como a sub-representação de determinados grupos, a violência política de gênero e raça, a distribuição desigual de recursos e o acesso limitado aos espaços de poder.

### OBJETIVO GERAL

Promover a formação crítica e especializada dos participantes para compreender, identificar e enfrentar práticas discriminatórias no âmbito do processo eleitoral, capacitando-os a aplicar instrumentos jurídicos e institucionais que assegurem a igualdade de oportunidades, a inclusão e a representatividade política, contribuindo para o fortalecimento da democracia e a efetivação dos direitos fundamentais.

## PÚBLICO- ALVO

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; advogados e advogadas que atuam em jurisdições eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

## VAGAS E PROCESSO SELETIVO


Vagas ilimitadas

## PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
a) Compreender os fundamentos do Direito Antidiscriminatório aplicados ao contexto eleitoral;					
b) Identificar práticas discriminatórias no cotidiano, incluindo discriminações negativas, expressões de preconceitos e de outras formas de exclusão;	Unidade 1 – Fundamentos do Direito Antidiscriminatório ;  Unidade 2 – Discriminação e Aspectos Jurídicos	Aulas expositivas;  Estudo de casos concretos em jurisprudências relacionadas;	30 minutos cada unidade	Slide, legenda e transcrição da aula.	<u>Exercício de revisão do conteúdo explicitado em aula.</u>
c) Analisar criticamente a legislação e a jurisprudência sob a perspectiva do direito antidiscriminatório;	Unidade 3 – Tópicos Especiais de Direito Antidiscriminatório  Unidade 4 – Estratégias de Enfrentamento	Exercícios de fixação;  Uso de vídeos e relacionados;  Material de leitura complementar;			
d) Abordar estratégias de enfrentamento a discriminação;					

## MATERIAL COMPLEMENTAR

  Saber Direito – Direito Antidiscriminatório - Aula

 [Julgados e Comentados] #44 - Direito Antidiscriminatório, MP e proteção de grupos vulneráveis

FREIRE, Ana Beatriz Lopes. DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO BRASILEIRO: MARCO TEÓRICO, LEGAL E PRÁTICO PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE SUBSTANTIVA SOB A ÓTICA DE ADILSON JOSÉ MOREIRA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 6, p. 165–189, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.19583. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19583>. Acesso em: 18 mar. 2026.

Dossiê Direito Antidiscriminatório . Revista de Estudos Institucionais <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/issue/view/25>

LUIZ, Marley Sidnei. *Direito antidiscriminatório à luz da Constituição Federal: uma construção teórica necessária*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/203277>. Acesso em: 18 mar. 2026.

### **ATUAÇÃO DE TUTORES E TUTORAS**

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

### **ATUAÇÃO DE PARTICIPANTES**

Participar das atividades, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

### **AVALIAÇÃO DE REAÇÃO**

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

### **CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO**

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

### **BIBLIOGRAFIA**

MOREIRA, Adilson José. Tratado de direito antidiscriminatório. São Paulo: Contracorrente, 2020.

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Costa de. Direito eleitoral antidiscriminatório. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2025.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

RIOS, Roger Raupp. Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. São Paulo: Malheiros Editores. 2017.